



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS
GERAIS - CAMPUS OURO PRETO, PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Luis Otávio Neto

**BREVE PANORAMA SOBRE O CAMPO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL BRASILEIRO.**

Ouro Preto

2025

LUIS OTÁVIO NETO

**BREVE PANORAMA SOBRE O CAMPO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL BRASILEIRO.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pós-Graduação em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto para obtenção do título de Especialista em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Régis Eduardo Martins

Ouro Preto

2025

N469b Neto, Luis Otávio.
Breve panorama sobre o campo da conservação do patrimônio cultural brasileiro [manuscrito] / Luis Otávio Neto. – 2025.
24 f.

Orientador: Régis Eduardo Martins.
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto, 2025.

1. Arquitetura - Conservação e restauração. 2. Edifícios históricos - Conservação e restauração. 3. Terminologia. I. Martins, Régis Eduardo. II. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto. III. Título.

CDU: 72.025

Catálogo: Kelly Cristiane Santos Morais - CRB-6/3217



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Ouro Preto
Diretoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural
Rua Pandiá Calógeras - Bairro Bauxita - CEP 35400-000 - Ouro Preto - MG
- www.ifmg.edu.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUIS OTÁVIO NETO

**BREVE PANORAMA SOBRE O CAMPO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMONIO
CULTURAL BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de **ESPECIALIZAÇÃO EM Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural**, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - *Campus* Ouro Preto, como parte dos requisitos para a obtenção do título de **ESPECIALISTA EM GESTÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**.

Aprovado(a) em 27 de março de 2025, pela Banca Examinadora:

Prof. Dr(a). Régis Eduardo Martins - IFMG Campus Ouro Preto - Orientador(a)
Prof. Me(a). Ana Paula de Moraes - IFMG Campus Ouro Preto
Prof. Dr(a). Edson Fialho de Resende - UFOP

Ouro Preto, 28 de março de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Régis Eduardo Martins, Professor**, em 28/03/2025, às 13:10, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Edson Fialho de Rezende, Usuário Externo**, em 31/03/2025, às 16:55, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Moraes, Professora**, em 02/04/2025, às 18:42, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2247449** e o código CRC **9FE83360**.

23213.000609/2025-45

2247449v1

**UM BREVE PANORAMA SOBRE O CAMPO DA CONSERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO.**

**BRIEF OVERVIEW OF THE FIELD OF CONSERVATION OF BRAZILIAN
CULTURAL HERITAGE.**

Autor: Luis Otávio Neto¹ Orientador: Régis Eduardo Martins ²

RESUMO

O presente estudo buscou abordar de maneira breve um panorama sobre o entendimento, reconhecimento e a importância do desenvolvimento de terminologias específicas que orientam as práticas de preservação, restauração e conservação, temas estes que iram definir o domínio especializado no campo do patrimônio cultural além de fazer uma abordagem sobre as contribuições estáticas e outros meios do campo da conservação.

Buscou-se apresentar um breve panorama de como o uso da terminologia é empregado no Brasil, fazendo uma reflexão sobre seus aspectos e aplicações por profissionais da área e também como os termos são vistos e utilizados dentro do cenário global. Para tal, partiu da leitura e análise de revisão bibliográfica que alguns autores discutem a preservação do patrimônio cultural.

A partir deste levantamento das discussões realizadas nas bibliografias consultadas, notou-se a importância de entender como a terminologia foi construída e como ela é entendida e aplicada dentro das diferenças de idiomas no cenário mundial e também a entender como estes termos são vistos no Brasil não pode ser ainda identificada e não existe um consenso definido o que mostra que o campo da conservação ainda necessitam de uma estruturação e ampliação no debate dos termos a serem utilizados pelos profissionais.

Palavras chaves: Conservação, Restauração, Terminologia, Comunicação, Patrimônio Cultural.

¹ Luis Otávio Neto, Especialização em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural, Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto, luisotavoneto47@yahoo.com.br.

² Régis Eduardo Martins, Especialização em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural, Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto,

ABSTRACT

This study sought to briefly address an overview of the understanding, recognition and importance of developing specific terminologies that guide preservation, restoration and conservation practices, themes that will define the specialized domain in the field of cultural heritage, in addition to addressing the static contributions and other means of the conservation field.

The aim was to present a brief overview of how the use of terminology is employed in Brazil, reflecting on its aspects and applications by professionals in the field and also how the terms are viewed and used within the global scenario. To this end, it was based on the reading and analysis of a bibliographic review in which some authors discuss the preservation of cultural heritage.

From this survey of the discussions held in the consulted bibliographies, it was noted the importance of understanding how the terminology was constructed and how it is understood and applied within the differences in languages in the world scenario. Also, understanding how these terms are viewed in Brazil cannot yet be identified and there is no defined consensus, which shows that the field of conservation still needs to be structured and expanded in the debate of the terms to be used by professionals.

Keywords: Conservation, Restoration, Terminology, Communication, Cultural Heritage.

Data de submissão: 13 de março de 2025

. Introdução

A conservação dos bens culturais é um tema de crescente relevância no contexto global. Esses bens, que abarcam desde obras de arte, monumentos e sítios históricos e até práticas culturais e tradições, são fundamentais para a identidade e a memória coletiva das diversas sociedades ao redor do mundo. O reconhecimento da importância desses segmentos levou ao desenvolvimento de terminologias específicas que orientam atualmente as práticas de preservação, restauração e conservação, temas estes que iram definir o domínio especializado dentro do campo do patrimônio cultural.

A terminologia da conservação dos bens culturais é significativamente polissêmica e varia entre diferentes países e seus contextos, devido a este fato há uma série de discursões sobre os conceitos na literatura. Em nível nacional, este campo ainda é algo explorado de forma insuficiente que requer um debate mais amplo entre os profissionais que atuam na área.

Diante disso, este trabalho tem como objeto de pesquisa apresentar um breve panorama sobre o campo da conservação no Brasil, discutindo a utilização de alguns termos, de forma a fazer uma reflexão em torno de uma análise de aspectos quanto as definições e aplicação. Pretende-se explorar a interpretação do termo “Conservação” de forma a apresentar uma pequena discussão sobre como a construção da terminologia conservação de bens culturais foi construída, analisando brevemente suas aplicações e correlações em níveis internacional e nacional, e também associados a conservação como métodos estatísticos e seus meios. Apontado como a interpretação ainda não é explorada de forma ampliada, no sentido de verem uma interligada a outra o que traz a ideia de que a conservação está muito ligada a restauração, não potencializando as fronteiras entre uma e outra, explorando os sentidos e significados que cada um dos termos carregam. Porém, a diversidade de interpretações e aplicações dessas terminações ainda gera desafios de comunicação e na prática da Conservação.

No contexto internacional, os órgãos responsáveis pela fiscalização do patrimônio cultural desempenham um papel crucial na criação de um vocabulário comum e no estabelecimento de normas que visam proteger o patrimônio mundial. O ICOM-CC criou um documento que apresenta dentro da categorização algumas definições mais específicas sobre o que é conservação, restauração, conservação preventiva, e suas distinções de uso para países europeus e da América do Norte e Latina, o que também de forma parecida o teórico Salvador Muñoz Viñas apresenta em seu panorama. Em contrapartida no Brasil temos ainda uma

defasagem na escolha do uso destes termos ainda se fala muito em intervenções e pouco dentro do campo mais conceitual dos termos, que em muitas vezes usa-se mais o termo da conservação muito mais ligado a preservação como forma de englobar todos os termos.

Assim, se faz necessário a correta compreensão e aplicação da terminologia relacionada à conservação são essenciais para a garantia das intervenções realizadas e um diálogo único no Brasil. Termos como "conservação", "restauração" e "preservação" frequentemente são utilizados de maneira intercambiável, mas cada um possui significados e implicações distintas tanto no campo teórico quanto prático. Essa ambiguidade terminológica pode levar a mal-entendidos e práticas de intervenções inadequadas, destacando a necessidade de uma revisão sistemática e inclusiva das terminologias para a criação de uma linguagem única entre os profissionais que atuam no campo patrimonial.

Ainda, frente aos novos meios tecnológicos, a intersecção entre a terminologia da conservação dos bens culturais e as novas tecnologias, como a digitalização, inteligências artificiais e as mídias sociais, apresenta uma nova dimensão ao debate. Essas inovações têm o potencial de democratizar o acesso ao patrimônio cultural, mas também levantam questões sobre a autenticidade e a preservação das formas tradicionais de cultura.

Para tal, a metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi análise de casos a partir do que autores estão propondo em suas discussões, por meio de uma revisão bibliográfica busca-se contribuir para a discussão sobre a importância de um vocabulário unificado e claro, que favoreça o entendimento, a proteção, valorização e difusão dos diversos aspectos do patrimônio cultural.

Este artigo, está sendo composto por uma primeira parte que vai tratar uma breve contextualização histórica sobre a formação da Ciência da Conservação, uma segunda parte que vai tratar a construção da terminologia da conservação e como ela é vista no campo da salvaguarda do patrimônio brasileiro e por último uma breve contextualização de alguns métodos de conservação e seus meios.

2. Uma breve Contextualização Histórica sobre a Conservação

Os primeiros atos de práticas de restauração na humanidade começam a partir do momento em que os próprios artistas refaziam partes de objetos que se perderam ou sofreram algum dano em sua composição material, conforme nos explica Froner (2008): “quando um ceramista grego refazia a alça de uma ânfora partida ou quando um monge retocava iluminuras medievais, a prática da restauração encontrava-se presente”.

As antigas civilizações, como os egípcios, romanos e gregos, realizavam práticas que se assemelhavam a conservação que visavam manter a integridade de suas obras de arte e monumentos, embora tais vedações não fossem sistemáticas ou teóricas como as que conhecemos hoje, este fato nos traz o entendimento que o processo de formação do pensamento preservacionista é oriundo da restauração (WILLIS, 2018). Para mais, podemos observar que a tradição de preservar o patrimônio cultural pode ser entendida como um reflexo das preocupações sociais e indenitárias de cada época.

Durante a era do Renascimento na Europa (séculos XIV a XVII), um grande fluxo de obras de arte e artefatos antigos levou a um renovado interesse por técnicas de restauração. Neste período, a noção de autenticidade começou a tomar forma, levando pensadores e artistas a refletirem sobre a importância de manter a integridade das obras e os métodos adequados para sua preservação (GONZÁLEZ, 2019). Essa inovação cultural e estética deu início ao reconhecimento formal da conservação que mais tardar se tornaria uma disciplina, embora ainda não existissem diretrizes ou normas claras, que futuramente viriam a ser debatidas e normatizadas.

CHOAY (2018), aborda que a transformação das práticas de conservação e a criação de instituições dedicadas à proteção do patrimônio no século XIX. Ela destaca que esse período foi marcado pelo surgimento das grandes coleções e pela formação de centros públicos responsáveis pela segurança desses acervos, impulsionados por uma nova consciência histórica e patrimonial, enfatizando que, com o surgimento dessas coleções e instituições, a preservação do patrimônio deixou de ser apenas um ato de valorização estética ou sentimental e passou a integrar uma abordagem mais sistemática e regulamentada. A partir desse momento, os profissionais do setor passaram a adotar novas responsabilidades na gestão e preservação dos bens culturais, resultando na necessidade de regulamentações e metodologias mais sistemáticas.

A constituição dessas instituições reflete uma mudança significativa na abordagem da conservação, afastando-se da simples coleta de objetos e aproximando-se de uma visão mais ampla, que envolve não apenas a preservação, mas também a interpretação e valorização do patrimônio. Esse novo paradigma ampliou o papel dos profissionais da área, exigindo deles não apenas conhecimentos técnicos de restauração, mas também uma compreensão mais profunda do significado histórico e cultural.

Além disso, foi nesse contexto que surgiram organizações e movimentos dedicados à proteção do patrimônio, posteriormente, a criação de legislações específicas para a proteção dos bens culturais. Essas mudanças tiveram um impacto profundo na forma como os acervos e monumentos passaram a ser geridos, promovendo uma maior profissionalização e especialização no campo da conservação (CHOAY, 2021).

Com a ampliação das categorias de patrimônio no século XX, nota-se a possibilidade de direcionar tais considerações à proteção dos diversos bens patrimoniais. Neste contexto, o pensamento preservacionista começa a ser integrado aos museus e bibliotecas, deslocando as práticas até então realizadas apenas em monumentos. A formação das coleções, seja de caráter privado ou público, proporcionou aos profissionais um direcionamento para as responsabilidades frente aos objetos que compõem os acervos dos museus.

Impulsionadas pelo desenvolvimento histórico ao longo dos dois últimos séculos, a teoria da preservação e conservação-restauração dos bens culturais têm sido motivo de estudos e debates entre os profissionais desta área. Entretanto, é no século XX que o conhecimento se firma como ciência e é reconhecida como uma disciplina a serviço da arte, propondo métodos de estudo para a preservação dos objetos, monumentos e sítios arqueológicos (FRONER, 2008).

Assim, a área de estudos passa a ser reconhecida como Ciência da Conservação, e norteará os parâmetros para as diretrizes sobre Preservação e Conservação – Restauração dos bens culturais. Froner (2008) defende que estes bens culturais vão se expandindo para além das fronteiras nacionais e deixam de ter somente sua preservação para uma identidade própria e ganham uma dimensão mais universal.

A partir do século XX, importantes encontros, reuniões e congressos internacionais começam a ocorrer e, a partir deles, surgem documentos e protocolos com instrumentos de orientação das políticas de proteção do patrimônio, como exemplo a Carta de Atenas (1931) marcou um importante marco histórico, reunindo especialistas na área da conservação e resultando na elaboração da Carta de Atenas. Este documento estabeleceu os princípios e recomendações para a preservação do patrimônio e reflete a crescente conscientização sobre a

necessidade de abordagens sistemáticas na conservação de bens culturais (MARTINS, 2021).

De acordo com o documento as doutrinas e princípios gerais apontam que:

[...] a conferência constatou que nos diversos Estados representados predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido à deterioração ou destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época. A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que o seu caráter histórico ou artístico (ATENAS, 1931).

Portanto, a predominante participação de arquitetos, historiadores da arte e alguns diretores de museus no encontro de 1931, contribuíram para a construção de diretrizes voltadas, quase exclusivamente, à proteção dos monumentos e sítios arqueológicos.

Cesare Brandi, organizador do Instituto Central de Restauro (ICR) em Roma e consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em sua obra intitulada Teoria da Restauração (1963), apresenta princípios que valorizam os aspectos estéticos e históricos dos objetos, que são conhecidos como um marco nos parâmetros modernos do campo. O estudioso considera o ato da restauração condicionado ao entendimento da obra enquanto estância estética e histórica, respeitando-se suas características, com o objetivo de valorizá-la e de transmitir a temporalidade do conhecimento para as gerações futuras (BRANDI, 2004).

Com a criação da UNESCO em 1945 e a adoção, em 1972, da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, as diretrizes de Preservação se tornaram ainda mais fortes e abrangentes. Esta convenção não apenas reconheceu a importância de patrimônios específicos (monumentos, conjuntos e sítios), mas também exigiu a cooperação entre países para um esforço coletivo na salvaguarda de bens culturais (UNESCO, 1972). A partir desse momento, ficou evidente que a conservação deveria ser tratada como uma responsabilidade compartilhada entre todas as nações, criando uma linguagem básica que moldaria a agenda cultural e de preservação em todo o mundo.

Com a globalização e as novas tecnologias da informação criadas, a partir do final do século XX, introduziram novos desafios e oportunidades para a conservação de bens culturais. A digitalização de acervos e a disseminação de conhecimento por meio da internet trouxeram à tona a necessidade de adaptar métodos e terminologias, de modo a garantir que o patrimônio cultural estivesse acessível a um público geral (LOPES, 2022). Esse contexto multidimensional

exige um diálogo de debate contínuo entre a tradição e a inovação na conservação dos bens culturais.

3. Uma breve revisão sobre os termos Conservação, Restauração e Preservação

A terminologia da conservação de bens culturais é um aspecto fundamental que reflete os princípios e práticas dessa área. Os termos mais frequentemente utilizados, como "conservação", "restauração", "preservação" e “ conservação preventiva”, possuem definições distintas, mas que muitas vezes são confundidas, resultando em ambiguidades em sua aplicação, e seu entendimento como linguagem unificada dentro do campo. A disciplina que envolve a conservação de bens culturais é multidimensional, abrangendo não apenas a salvaguarda material dos objetos, mas também seu significado cultural e social (KLEIN, 2021). E para mais engloba a contribuição de outras ciências para a legitimidade dos fatos que podem contribuir para a conservação dos bens culturais.

As definições destas palavras estão ligadas a proteção e ao patrimônio cultural, vejamos:

Conservação: [...] é a atividade que consiste em manter o que agora temos; em outras palavras, a conservação consiste em evitar (isto é, em prevenir) as alterações futuras de um bem determinado.

Restauração: [...] pode ser definida, de maneira simples, como a atividade que consiste em desenvolver algo a seu estado original ou autêntico. (VIÑAS, 2021).

Para entender os desdobramentos destas terminologias é necessário retornarmos lá no início da construção do pensamento preservacionista. Observamos que estas palavras possuem, significados especializados e variações de sentidos devido as variadas tipologias de patrimônio cultural e também sua diferenciação de apropriações e usos pelas categorias de profissionais e agentes que atuam na salvaguarda dos bens a nível global.

A trajetória que a teoria do pensamento preservacionista vem passando, tem como origem lá no século XIX, com as primeiras discussões que baseavam em duas vertentes como a mais conservadora antiintervencionista defendida por Jhon Ruskin e a intervencionista proposta por Violet Le Duc. Estas duas vertentes do pensamento chamadas de aporias da restauração, criaram dicotomias e fortaleceram os debates na Europa e futuramente na América latina, sobre a profissão e disciplina da conservação e restauração.

[...] o debate sobre a restauração, que havia dividido os antiquários e os arquitetos ingleses antes dos demais, no fim do século XVIII, vê-se enriquecido e ampliado em dimensões que abarcam a cena europeia. Esquemáticamente, duas doutrinas se formam: uma, intervencionista, predomina no conjunto dos países europeus; a outra,

antiintervencionista, é mais própria na Inglaterra. Seu antagonismo pode ser simbolizado por aqueles dois homens que as defenderam com mais convicção e talento: Viollet-le-Duc e Ruskin, respectivamente (CHOAY, 2001).

Ao longo do tempo os desdobramentos das reflexões, foram então ganhando camadas cada vez mais complexas que exigiram um melhor entendimento sobre suas atividades e passando a ver a conservação e restauração como uma parte integrada que devem atuar juntas na salvaguarda do patrimônio cultural. Porém, ainda existem questões sobre o sentido atribuído entre uma e outra, visto pelo lado da comunicação que envolvem desde as culturas linguísticas diferentes a suas tradições, a exemplo nos países anglo-saxã, se utiliza mais o termo conservação e nos países latinos que prevalece o termo restauração. Assim, devido a existência dessa ambiguidade terminológica na comunicação, reforçam o que muitos estudiosos propõem a justaposição das duas palavras como forma de evitar a prevalência mais de uma do que da outra, ficando assim conservação-restauração (BOJANOSKI, 2018).

Ao analisar a literatura BOJANOSKI (2018) retrata que para um melhor entendimento foi necessário delimitar o uso das palavras, observou-se que a conservação são mais empregadas as técnicas modernas e a restauração quando fossem ligadas a práticas anteriores, o que nos mostra como exemplo como cada localidade os termos são vistos de forma diferente.

Nos países anglo-saxã observa-se que o uso da palavra restauração está cada vez mais em desuso, sendo empregada mais para indicar o profissional que executa as ações sobre o bem, e a conservação é mais um termo genérico para designar todas as técnicas realizada nos objetos e no ambiente ao qual está inserido, por meio de pesquisas sobre materiais utilizados na sua técnica construtiva e até mesmo procedimentos de estabilização, dentre outros. Do outro lado, nos países latinos são mais tendenciosos a manter o termo restauração, “ é a partir destas ambiguidades que surge a proposta defendida por alguns de justapor as duas palavras – conservação-restauração- como solução para evitar a prevalência de um ou de outro termo (BOJANOSKI, 2018 p. 87) ”.

Neste sentido, as discussões iniciais do livro sobre a Teoria Contemporânea da Restauração produzida pelo teórico contemporâneo Salvador Muñoz Viñas, de forma atualizada apresenta as discussões sobre o uso do termo. Assim, tanto no espanhol quanto nas línguas latinas quando se utiliza o termo restauração é entendido para descrever tanto conjunto de ações quanto o próprio profissional e deve ser tratado de forma única sem a dissociação da terminologia – conservação-restauração.

[...] o termo restauração se emprega indistintamente para descrever tanto o conjunto de atividades próprias do restaurador (o que as vezes se tem denominado conservação-restauração- e este é o sentido que se emprega o título deste livro) como a restauração propriamente dita, isto é, como uma atividade própria do restaurador [...] (MUÑOZ VIÑAS, 2021).

E ainda retrata as confusões que este termo apresenta para a reflexão da terminologia:

Esta circunstância produz muitas confusões que dificultaram e dificultam qualquer reflexão minimamente rigorosa, por que nem sempre é possível distinguir com clareza em que sentido se está empregando a expressão (MUÑOZ VIÑAS, 2021).

Desta forma, o autor vai afirmar como é difícil fazer a distinção de forma clara das terminologias, em seu livro prefere se retratar a expressão conservação – restauração somente como Restauração de forma maiúscula, reafirmando assim o uso e preferência do termo para a tradição latina como restauração, como uma forma de se evitar as ambiguidades de sobreposição dos termos.

De fato, é notório o quanto o entendimento do significado dos termos conservação e restauração sofrem variações em seu entendimento entre países, autores e profissionais. A fronteira entre os dois tipos de procedimentos não é muito clara, uma vez que ao se analisar é notório que são termos que interdependem um do outro e que um campo interfere indiretamente e diretamente sobre o outro. A ideia de juntar as duas palavras conservação-restauração, surge como forma para a resolução desta ambiguidade, que já foi proposta pelo ICOM em 1984 com a ideia de aproximar uma da outra e facilitar a comunicação de uma linguagem única global e evitar diferenças em seu entendimento o que não ocorre quando são termos usados separadamente (BOJANOSKI, 2018).

As diferentes tradições, contextos sociais, naturais e históricos entre as diversas instituições detentoras do patrimônio com uma vasta tipologia de acervo acabam que implicam em uma concordância geral sobre os termos. Como uma forma de resolução para esta falha na comunicação de forma geral fez com que o ICOM-CC elaborassem uma resolução no ano de 2008, apontando definições dos termos como uma forma de melhorar o entendimento destas terminologias.

A terminologia proposta pelo ICOM, pretendeu de forma simples definir dentro de cada termo uma linguagem única e global que pudesse ser usada tanto pelos profissionais da área e por toda a comunidade. A comissão contou com membros de diversos países que contribuíram para a criação do documento, utilizando de uma metodologia baseada na compilação de termos existentes que se alinhavam as tendências contemporâneas em discussão dentro da disciplina,

visando as transformações que o patrimônio passou ao longo dos últimos anos em relação aos objetos a serem preservados e principalmente aos agentes sociais.

Através desta metodologia foi definido sobre os termos da seguinte forma:

Conservação — todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações presentes e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Todas estas medidas e ações deverão respeitar o significado e as propriedades físicas do bem cultural em questão (ICOM-CC, 2008d, tradução nossa).

Nota-se que a "conservação" é entendida como um termo mais amplo e refere-se a um conjunto de ações destinadas a garantir a integridade e a estabilidade dos bens culturais ao longo do tempo. Este termo ainda inclui tanto a manutenção preventiva, que busca evitar a degradação, quanto a intervenção curativa, que envolve pequenos reparos. A conservação deve ser realizada de forma ética, considerando as implicações sobre a autenticidade e a integridade do objeto (BROWN, 2020).

Ao abordar o termo "preservação", que embora frequentemente usada de maneira associada com "conservação", tem um foco mais direcionado para a proteção a longo prazo dos bens culturais, considerando principalmente as condições ambientais e as ameaças ao patrimônio. Esse enfoque, abrange tanto as medidas preventivas como o controle de temperatura e umidade, quanto as ações de mitigação de riscos, como a proteção contra desastres naturais (SILVEIRA, 2022).

Conservação preventiva — todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Se realizam sobre o contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente, um grupo de bens, sem ter em conta sua idade ou condição. Estas medidas e ações são indiretas — não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência.

Conservação curativa—todas aquelas ações aplicadas de maneira direta sobre um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos prejudiciais presentes ou reforçar sua estrutura. Estas ações somente se realizam quando os bens se encontram em um estado de fragilidade notável ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, de forma que poderiam perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações às vezes modificam o aspecto dos bens (ICOM-CC, 2008d, tradução nossa).

A "restauração" é uma prática mais específica, que se concentra na recuperação estética e funcional dos bens culturais, visando retomar uma condição anterior de apresentação, para que não haja interferências quanto a originalidade. Este processo pode envolver a remoção de intervenções anteriores que não estão alinhadas com a ideia de preservar a originalidade da obra. A restauração levanta questões éticas consideráveis, uma vez que a interpretação do que

constitui a "originalidade" pode variar entre conservadores e restauradores (GARRIDO, 2019).

Conforme a definição do termo pelo ICOM-C:

Restauração — todas aquelas ações aplicadas de maneira direta em um bem individual estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem tenha perdido uma parte de seu significado ou função através de uma alteração ou de uma deterioração passadas. Se baseia no respeito ao material original. Na maioria dos casos estas ações modificam o aspecto do bem (ICOM-CC, 2008d, tradução nossa)

Ao realizar as definições das terminologias, observa-se que o ICOM utilizou de exemplos em suas explicações deixando bem claras e objetivas que fossem acessíveis ao público em geral que as consultassem para uma melhor compreensão. No documento produzido, trouxe ainda a definição da Conservação Preventiva e aponta que assim como ela o termo restauração e que já são termos com mais entendimento entre os profissionais.

No referido documento explica-se que os termos preventive conservation e restoration não geraram muita discussão durante o processo de consulta. Ainda que o texto indique que as fronteiras entre cada uma das ações definidas na resolução por vezes se sobreponham, parece que a comunidade profissional já tem um entendimento comum sobre a abrangência dos conceitos de conservação preventiva e restauração. Talvez a clareza seja possível porque marcam os extremos das ações em relação ao patrimônio: a primeira está relacionada às ações a serem aplicadas preventivamente, para evitar os processos de deterioração dos bens. A segunda refere-se ao momento em que o dano já se concretizou e as ações são voltadas para a recuperação de algo que se perdeu (BOJANOSKI, 2018).

Segundo BOJANOSKI (2018), o documento elaborado pelo ICOM-CC houve divergências devido a tradução dos termos nos três idiomas que inglês, francês e espanhol, em sua maioria as palavras utilizadas na tradução do inglês muito se associavam a área da saúde. E por fim a escolha ficou com a terminologia conservação-restauração por entenderem que as ações estão intrinsecamente ligadas, embora seja um termo que não facilita a comunicação com os outros públicos no meio profissional do patrimônio cultural já se tem um entendimento sobre estes termos. Assim, ficou estabelecido que no inglês a definição seria conservação, no francês conservação-restauração, na língua espanhola conservação, e pontua que o termo preservação ficou de fora por já ter um entendimento específico de suas ações.

Ao analisar a constituição das terminologias em um cenário internacional, cabe à aqui também apresentar um breve panorama sobre como estes termos são vistos e entendidos no cenário brasileiro. Dentro do campo da preservação do patrimônio no Brasil entre os profissionais formados e de outras profissões que atuam de forma conjunta observamos na linguagem alguns termos como: conservação, restauração, preservação, restauro, conservação

preventiva, conservação-restauração, conservação e restauro ou conservação e restauração e conservação preventiva.

No Código de Ética dos Conservadores-Restauradores do Brasil há uma definição de como os termos centrais de estudo é visto. A preservação é tida como um termo mais amplo que vai incluir todas as ações que tem como função retardar a deterioração do bem cultural e a partir dela surgem duas vertentes a conservação-restauração que parte do conjunto de práticas específicas que vão desde a estabilização a recuperação de elementos físicos que devolva a um bem uma leitura compreensível, e a conservação preventiva que são ações que iram prevenir, retardar ou minimizar a influência do ambiente no processo de degradação e ou deterioração nos bens culturais.

Na discussão da terminologia no cenário brasileiro, é importante destacar que os dados que serão apresentados aqui neste estudo terão como base um breve resumo feito na revisão da tese de doutorado da autora Silvana Bojanoski, onde apresenta dados para um entendimento da situação no Brasil. Assim no código de ética diferente do cenário proposto pelo ICOM-CC, no Brasil o termo preservação é entendido com maior importância já o termo conservação-restauração é pouco utilizado e não houve uma assimilação por parte dos profissionais brasileiros (BOJANOSKI, 2018).

Ao analisar os Anais da ABRACOR, o uso dos termos pelos profissionais observa-se que o termo conservação é mais utilizado, seguido da restauração, preservação e os termo conservação preventiva aparece muito pouco seguido da conservação curativa usado uma única vez.

No estudo realizado buscamos identificar no corpus dos Anais da ABRACOR os termos propostos pelo ICOM-CC e pelo Código de Ética dos conservadores-restauradores brasileiros. Considerando a lista de termos gerada no estudo, o termo conservação aparece em primeiro lugar (pontuação 140.38), seguido de restauração (pontuação 125.21). O termo preservação aparece em quinto lugar (pontuação 112.13). Também se identificou o termo restauro⁷³, uma variação de restauração, que aparece em 42º lugar (pontuação 56.51). O termo conservação preventiva, por sua vez, só aparece na lista em 105º lugar (pontuação 39.78). O termo que conjuga as palavras conservação– restauração tem baixa ocorrência (pontuação 25.38) nos Anais, se comparado com as outras formas. O termo conservação curativa, em uma tradução livre para o português do termo em inglês remedial conservation, discutido e proposto nos documentos do ICOM-CC, foi encontrado uma única vez (BOJANOSKI,2018).

Um fato importante de se observar nesta análise de dados, o termo preservação embora tenha sido ignorado pelo ICOM-CC na definição das terminologias por entenderem que os profissionais já estabeleceram um sentido mais específico a ele, no Brasil o termo tem seu uso bastante relevante sendo muita das vezes é associado ao termo conservação por justamente já

ter alguns procedimentos empreendidos pelas ações da conservação curativa. Já o termo conservação preventiva também aparece muito pouco por ser uma área que foi adotada no Brasil de forma tardia.

Ao ponderarmos a junção dos termos conservação-restauração, é notório que não houve um acolhimento por parte dos profissionais, apresentando que no cenário brasileiro não se tem um consenso sobre a terminologia ideal para retratar o campo de preservação do patrimônio e que ainda segue em estruturação, porém observa-se que ao empregar todas as terminologias nas produções dos anais analisados pela autora em um dado período, todos os termos funcionam de forma integrada entre si, mesmo que cada termo com suas especialidades (BOJANOSKI, 2018).

Assim é notório tanto no campo global quanto nacional uma revisão e necessidade de um vocabulário claro e padronizado na conservação de bens culturais. A diversidade linguística e cultural, bem como as diferenças nas abordagens de conservação entre países continuam a ser um ponto crítico, a diferenças de recursos financeiros, administrativos e formas de abordagem, gera desafios significativos na comunicação e na implementação de melhores práticas para a salvaguarda do patrimônio. O fortalecimento do diálogo entre profissionais e instituições de diversos países é essencial para a construção de uma terminologia mais coesa e eficaz (MARTINS, 2021).

4. A contribuição da Estatísticas da Conservação e seus Meios

Somada a terminologia da conservação, outros conceitos, como "documentação", "análise", "intervenção" e "educação" são utilizados para a realização de dados estatísticos para o campo. A documentação é essencial para acompanhar o estado dos bens culturais e registrar intervenções passadas, o conceito de análise envolve o estudo das técnicas, materiais e contextos de produção dos objetos. A educação ou como muito utilizada no campo nacional a educação patrimonial, por sua vez desempenha um papel crucial na conscientização da importância do patrimônio cultural para pessoas leigas e auxilia na formação de profissionais capacitados para a conservação (COSTA, 2020).

A análise estatística na área de conservação de bens culturais é fundamental para entender a grandiosidade dos desafios enfrentados e para monitorar a eficácia das intervenções realizadas. A coleta de dados quantitativos sobre o estado de conservação de diferentes tipos de bens culturais e sobre as práticas de preservação e restauração permite que os profissionais

do setor identifiquem padrões, tendências e áreas que necessitam de maior atenção (MENDES, 2023). Essa abordagem orientada por dados é crucial para a tomada de decisões informadas e para o desenvolvimento de políticas de proteção mais eficazes.

Estudos realizados em diferentes contextos culturais têm revelado informações significativas sobre a deterioração de bens culturais ao longo do tempo. Por exemplo, uma pesquisa realizada por Silva e Almeida (2022) em museus brasileiros indicou que mais de 60% das obras apresentavam sinais de degradação, destacando a necessidade urgente de intervenções de conservação e ou restauração.

Assim, observa-se que essas estatísticas não apenas demonstram a fragilidade administrativas e dos acervos, mas também oferecem uma oportunidade para o debate, financiamento e suporte por parte de instituições governamentais e não governamentais. Além disso, a documentação de procedimentos de conservação e restauração contribui para a construção de bancos de dados que podem ser utilizados por pesquisadores e profissionais da área no futuro. Esses bancos de dados permitem a comparação de casos e a avaliação da eficácia de diferentes abordagens e métodos utilizados. Por exemplo, dados coletados pelo Icon (Institute of Conservation) na Europa mostraram que técnicas baseadas em pesquisa científica tendem a ter uma taxa de sucesso 30% maior em comparação com intervenções tradicionais (ICON, 2021). Essa informação é vital para a promoção da educação e da capacitação em conservação, isto nos mostra o papel importante que o apoio a centros de pesquisas, ensino e extensão dentro das universidades podem e devem contribuir para o fortalecimento dos discursos teóricos e práticas da conservação.

As estatísticas também podem revelar disparidades regionais e econômicas na preservação do patrimônio cultural. Em muitos casos, regiões com maiores recursos financeiros têm acesso a melhores práticas de conservação e restauração, enquanto áreas menos favorecidas enfrentam desafios significativos na preservação de seu patrimônio. O mapa elaborado pelo World Monuments Fund (WMF) em 2022, que identifica os locais mais ameaçados, ilustra como a vulnerabilidade é distribuída de forma desigual pelo mundo, levando à urgência de esforços de conservação mais equitativos e integrados (WMF, 2022).

Além do mais, a análise estatística pode ser empregada para monitorar a eficácia de políticas públicas voltadas à conservação do patrimônio cultural. Por meio da coleta de dados antes e depois da implementação dessas políticas, é possível avaliar seu impacto em termos de preservação e proteção do patrimônio. Por exemplo, estudos de impacto realizados após a

elaboração de leis de proteção ao patrimônio na França indicaram uma redução significativa na degradação de sites históricos (DURAND, 2020). Tais análises são indispensáveis para garantir que os recursos sejam alocados de forma eficiente e que as melhores práticas sejam adotadas, incluindo o uso das novas tecnologias.

Por fim, a relevância da estatística na conservação de bens culturais se estende à comunicação e sensibilização do público. Apresentar dados sobre a condição do patrimônio e as necessidades de conservação pode ajudar a mobilizar a sociedade civil e gerar apoio para iniciativas de preservação. Campanhas apoiadas por dados concretos tendem a ter um impacto maior na conscientização sobre a importância da conservação, ajudando a formar uma base sólida para futuras ações (PAIVA, 2021).

5. A contribuição de outros fatores no Campo da Conservação

A conservação dos bens culturais enfrenta uma série de desafios que podem impactar diretamente a eficácia das intervenções realizadas. Um dos principais obstáculos é a falta de recursos financeiros, que muitas vezes impede que instituições e profissionais tenham acesso a materiais adequados, tecnologias avançadas e treinamentos necessários para uma conservação de qualidade. Estudos têm demonstrado que, em países em desenvolvimento, as limitações orçamentárias frequentemente resultam em intervenções inadequadas e em risco de degradação acelerada; uma realidade de muitas instituições brasileiras (ALMEIDA, 2022).

Outro desafio importante diz respeito à diversidade cultural e à complexidade das distintas abordagens de conservação adotadas globalmente. As diferenças nas práticas e na terminologia podem levar a mal-entendidos entre profissionais de diferentes países. O debate sobre a autenticidade e a originalidade dos bens culturais, por exemplo, varia amplamente entre culturas, tornando difícil estabelecer diretrizes comuns (MARTINS, 2021). Este cenário enfatiza a necessidade de um diálogo contínuo e da troca de experiências entre comunidades de conservação ao redor do mundo.

No século XXI surgiram novos desafios, e atores importantes associados a preservação dos bens culturais que devem de certa forma já começarem a integrar a agenda de debates e sobre as diretrizes e políticas de preservação, questões como as mudanças climáticas recorrentes o aumento da urbanização e a inserção dos centros históricos na dinâmica de desenvolvimento e acessibilidade, representam riscos crescentes para os bens culturais, eventos extremos, como enchentes, incêndios florestais e tempestades, podem causar danos irreversíveis aos

patrimônios construídos e móveis, exigindo a implementação de estratégias de mitigação que integrem noções de resiliência e sustentabilidade (SANTOS, 2023). Assim, é imperativo que a conservação de bens culturais não apenas reaja às ameaças, mas também antecipe e minimize riscos por meio de planejamentos adequados como gerenciamento de riscos e a implementação de práticas eficazes de conservação preventiva.

Apesar desses desafios, surgem também inúmeras oportunidades no campo da conservação. O avanço tecnológico tem revolucionado a maneira como os profissionais abordam a preservação do patrimônio cultural. A aplicação de técnicas contemporâneas como a digitalização, a análise por meio de imagem em alta resolução e a inteligência artificial, vem ampliando as possibilidades de intervenções mais precisas e menos invasivas, permitindo um monitoramento contínuo da condição dos bens culturais (LOPES, 2022). Tais inovações têm o potencial de aumentar a eficácia das práticas de conservação e de promover o acesso ao patrimônio de maneira mais inclusiva.

A crescente conscientização pública sobre a importância da conservação de bens culturais também representa uma oportunidade significativa. Iniciativas de educação e sensibilização têm fomentado um maior engajamento da sociedade civil, resultando em maior apoio para os esforços de preservação. A mobilização de voluntários e o fortalecimento de redes comunitárias permitem que ações de conservação sejam realizadas de forma colaborativa, promovendo tanto a proteção do patrimônio quanto a valorização da identidade cultural local (GONZÁLEZ, 2020).

Por fim, o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a proteção do patrimônio cultural também tem se mostrado uma oportunidade promissora. O estabelecimento de legislações mais rigorosas e a criação de incentivos fiscais para iniciativas de conservação são exemplos de como os governos podem criar um ambiente favorável à preservação do patrimônio cultural. A cooperação internacional, por meio de tratados e convênios, também possibilita a troca de conhecimentos e recursos entre países, enriquecendo as práticas de conservação globalmente (DURAND, 2021).

6. Conclusão

A conservação de bens culturais é uma prática indispensável para a proteção da herança histórica e cultural de sociedades em todo o mundo. Ao analisar como a terminologia é utilizada neste campo revela a complexidade envolvida para um entendimento e debate global que de certa forma impactam diretamente as ações de conservação, restauração e preservação. A construção de uma terminologia comum e acessível é um passo essencial rumo à leitura unificada nas práticas de conservação. A colaboração internacional entre especialistas e instituições pode facilitar esse processo e promover a troca de experiências que enriquecerão a prática da conservação em diversas vertentes contextuais. A compreensão desses conceitos é fundamental não apenas para os profissionais da área, mas também para o público em geral, pois a terminologia pode influenciar a forma como as comunidades valorizam e interagem com seu patrimônio.

Ao analisar o uso dos termos no Brasil, não é possível ter um esclarecimento sobre qual seria a terminologia ideal para retratar o campo da conservação seria necessário abrir um estudo e discussões para que haja uma estruturação, definição e entendimento para facilitar a comunicação entre os profissionais. Assim, quando Bojanoki faz a análise dos dados e apresenta números em sua pesquisa, observa-se que todos os termos são utilizados de forma colaborativa entre si, mesmo cada um tendo suas próprias especificidades, assim faz-se necessário uma revisão interna para delimitar um vocabulário único e prático para retratar a terminologia, principalmente por ser um país que há formação de profissionais voltados especificamente para campo da conservação e restauração.

Os desafios enfrentados na conservação dos bens culturais são significativos e variados. A falta de recursos financeiros, as diferenças culturais e atualmente as ameaças ambientais, como as mudanças climáticas, exigem uma reavaliação contínua das abordagens adotadas. Entretanto, é fundamental reconhecer que esses desafios também apresentam oportunidades. O avanço da tecnologia e o crescente engajamento da sociedade civil são fenômenos que podem transformar a prática da conservação, ampliando seu alcance e eficácia.

Neste contexto, a relevância da análise estatística se destaca como uma ferramenta estratégica para criar, guiar decisões e políticas voltadas à preservação do patrimônio cultural. Dados quantitativos podem ajudar a identificar os tipos de bens que requerem maior atenção, monitorar a eficácia de intervenções e promover uma clareza em projetos de conservação. A utilização de informações baseadas em evidências fortalece o fundamento das ações propostas

e contribui para a conscientização sobre a importância da conservação entre diferentes públicos para além dos profissionais.

Além disso, a necessidade de investir na formação de novos profissionais e na educação de gerações futuras é um componente vital para assegurar a continuidade das práticas de conservação. Incentivar a pesquisa acadêmica e fomentar programas de sensibilização sobre a valorização do patrimônio cultural são estratégias que podem fortalecer a consciência coletiva sobre a importância da conservação. A integração de tópicos relacionados à conservação nas disciplinas curriculares pode criar uma sociedade mais informada e comprometida com a preservação.

Por último, a conservação de bens culturais deve ser encarada como uma responsabilidade coletiva. O envolvimento de comunidades, governos e organizações não governamentais é essencial para assegurar que o patrimônio cultural seja protegido de maneira eficaz e sustentável. Somente assim será possível garantir que as futuras gerações tenham a oportunidade de aprender, valorizar e usufruir da riqueza do patrimônio cultural que nos foi passada.

7. Referências

ALMEIDA, Rafael. *Desafios Financeiros na Conservação do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Editora Cultural, 2022.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima Terminologia em conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação / Silvana de Fátima Bojanoski. – 292p. – Tese (Doutorado). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcgclefindmkaj/https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2018/04/tese_Silvana_F_Bojanoski.pdf>. Acesso em fev. 2025.

BRANDI. Cesare. Teoria da Restauração. Trad. Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial. 2004.

BROWN, Patrícia. *Conservação e Ética: Desafios na Prática*. São Paulo: Editora Patrimônio, 2020.

CIAM - Carta de Atenas, Atenas: 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em 24 de jun. de 2019.

COSTA, Maria. *Diretrizes de Restauo: A Prática na Itália*. São Paulo: Editora Cultura, 2020.

DURAND, Clara. *Impacto das Políticas Públicas na Conservação Patrimonial: Um Estudo de Caso da França*. Paris: Editora Patrimônio, 2021.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Rede de Bibliotecas. Manual de normalização de trabalhos acadêmicos. Belo Horizonte: IFMG, 2020. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/portal/ensino/bibliotecas/manual-de-normalizacao-do-ifmg>. Acesso em: 13 de mar. De 2025.

FRONER, Yacy-Ara, ROSADO, Alessandra. Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva. In: Tópicos em Conservação Preventiva – 2. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Luiz Antônio. Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios. In: Tópicos em Conservação Preventiva – 3. Belo Horizonte: LACICOR-EBA-UFMG, 2008.

GARRIDO, Leonor. *Restauração de Patrimônio: Teoria e Prática*. Lisboa: Editora Universitária, 2020.

GONZÁLEZ, Maria. *O Engajamento Comunitário na Conservação do Patrimônio*. Lisboa: Editora Preservar, 2020.

ÍCONE. *Instituto de Conservação: Relatório Anual 2021*. Londres: ICON, 2021.

KLEIN, Rafael. *Terminologias na Conservação de Bens Culturais*. Belo Horizonte: Editora Academia, 2021.

LOPES, Ana. *Tecnologia na Conservação de Bens Culturais: Inovações e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora Preservar, 2022.

MARTINS, Roberto. *A História da Conservação de Patrimônio: Princípios e Práticas*. Curitiba: Editora Cultural, 2021.

MENDES, Lucas. *A Importância da Pesquisa Estatística na Conservação de Bens Culturais*. Brasília: Editora Perseverar, 2022.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoria Contemporânea da Restauração*. Flavio Carsalade, tradução. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. 215 p.

PAIVA, Renata. *Mobilização e Sensibilização para a Conservação Cultural: Dados e Estratégias*. Belo Horizonte: Editora Cultura, 2021.

RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

SANTOS, Felipe. *Mudanças Climáticas e Seus Impactos no Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Editora Academia, 2023.

SILVA, Carlos. *O Valor dos Bens Culturais na Sociedade Contemporânea*. Belo Horizonte: Editora Universidade, 2023.

SILVEIRA, Ana. *Preservação do Patrimônio: Métodos e Práticas Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Preservar, 2022.

WMF. *World Monuments Fund: Locais Mais Ameaçados – Relatório 2022*. Nova Iorque: WMF, 2022.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. *Restauração*. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Coleção Artes e Ofícios, Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2000.